



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

RELATÓRIO

Informação sobre a situação económica e financeira
do semestre findo em 30 de junho de 2025



Nome: Município de Estarreja

Período: 01/01/2025 a 30/06/2025

Destinatários do Relatório: Assembleia Municipal do Município de Estarreja
Câmara Municipal de Estarreja

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, n.º 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 - 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, n.º16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Exmos. Senhores Presidentes
dos Órgãos Executivo e
Deliberativo do
MUNICÍPIO DE ESTARREJA
Praça de Francisco Barbosa
3864-001 Estarreja

Assunto: Informação sobre a situação económico-financeira para efeitos do Artigo 77º da
Lei 73/2013 de 3 de Setembro

Exmos. Senhores,

A presente informação sobre a situação económica e financeira, com referência ao período findo em 30 de junho de 2025, é emitida nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro e com base nas Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Como nota final, gostaríamos de salientar e agradecer toda a colaboração recebida dos colaboradores e responsáveis do Município.

Guarda, 13 de outubro de 2025

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780
registado na CMVM com o n.º 20160413



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Índice

1. TRABALHO DESENVOLVIDO.....	4
2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO	4
2.1. NOTA INTRODUTÓRIA	4
2.2. PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	6
2.3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	9
3.1. INDICADORES FINANCEIROS	11
4. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	13
4.1. RÁCIOS ORÇAMENTAIS.....	26
5. INDICADORES	27
5.1. INTRODUÇÃO.....	27
5.2. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS.....	27
5.3. FUNDOS DISPONÍVEIS	28
5.4. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO)	28
5.5. PASSIVO E DÍVIDA EXIGÍVEL.....	30



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

1. TRABALHO DESENVOLVIDO

Os procedimentos adotados na análise semestral conducente à emissão da informação sobre a situação económica e financeira consistem essencialmente na execução de procedimentos analíticos, designadamente os seguintes:

- Análise de cumprimento das disposições legais;
- Análise de rácios;
- Revisão sumária às principais rubricas que compõem a informação económica, financeira e orçamental;
- Preparação da informação de natureza económica e financeira - Balanço e Demonstração dos Resultados
- Análise da execução orçamental.

2. INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA PARA EFEITOS DO ARTIGO 77º DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO

2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Procedemos à análise das informações financeiras e orçamentais relativas ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2025, sendo que o presente documento relata as situações que consideramos de maior relevância ao nível da informação contabilística.

O Município, no exercício da sua atividade, está sujeito ao cumprimento de disposições legais, nomeadamente:



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n° 176

Regime Contabilístico

Decreto-Lei n° 192/2015, de 11 de Setembro, aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que com as sucessivas prorrogações do prazo entrou em vigor em 01 de Janeiro de 2020 para o subsector da administração local.

Regime Jurídico

Lei n° 75/2013, de 12 de Setembro: estabelece o regime jurídico das autarquias locais, e das entidades intermunicipais; estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Finanças Locais

Lei n° 73/2013, de 3 de Setembro: estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais;

Lei n° 151/2015, de 11 de Setembro: lei de enquadramento orçamental (LEO), que consagra os princípios a que está sujeita a atividade financeira das autarquias locais;

Lei n° 8/2012, de 21 de Fevereiro: aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas (LCPA);



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

Contratação Pública

Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua versão atual: aprova o Código dos Contratos Públicos (CCP), que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo.

2.2. PRESSUPOSTOS DA INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para efeitos da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, preparámos uma síntese indicativa das rubricas das Demonstrações Financeiras reportadas aos semestres de 2025 e 2024, a partir do balancete analítico, sendo que tal síntese não têm refletido alguns procedimentos de fecho de contas, designadamente:

- i. Os relativos ao princípio da especialização dos exercícios / acréscimo;
- ii. Regularizações de acréscimos de gastos;
- iii. Atualização de provisões.

No entanto e para efeitos comparativos considerámos nos períodos intercalares os valores indicativos de:

- i. Depreciações e amortizações
- ii. Subsídios ao investimento
- iii. Especialização de alguns rendimentos (impostos diretos) em contrapartida das contas de acréscimos de rendimentos.



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

2.3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO

ATIVO	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.25/Jun.24)		Variação (Jun.25/Dez.24)	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	Valor	%	Valor	%
ATIVO							
ATIVO NÃO CORRENTE							
Ativos fixos tangíveis	108 833 973	109 010 302	105 500 901	3 333 072	3,16%	(176 329)	-0,16%
Propriedades de investimento	392 987	392 987	392 987	0	0,00%	0	0,00%
Ativos intangíveis	122 821	122 425	123 616	(795)	-0,64%	396	0,32%
Participações Financeiras	1 983 649	1 983 649	1 983 649	0	0,00%	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	1 469	1 469	0	1 469	n.a.	0	0,00%
Diferimentos	0	0	2 041	(2 041)	-100,00%	0	n.a.
Sub Total	111 334 899	111 510 833	108 003 193	3 331 706	3,08%	(175 933)	-0,16%
ATIVO CORRENTE							
Inventários	3 712 598	3 648 700	3 388 595	324 003	9,56%	63 899	1,75%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	767 749	767 749	77 130	690 619	895,39%	0	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	171 630	660 143	311 141	(139 511)	-44,84%	(488 513)	-74,00%
Estado e outros entes públicos	40 907	54 678	43 880	(2 973)	-6,78%	(13 771)	-25,19%
Outras contas a receber	9 663 927	8 202 184	8 377 530	1 286 397	15,36%	1 461 743	17,82%
Diferimentos	139 090	170 620	456 422	(317 332)	-69,53%	(31 529)	-18,48%
Caixa e depósitos	12 750 175	11 974 709	12 820 810	(70 636)	-0,55%	775 466	6,48%
Sub Total	27 246 077	25 478 782	25 475 509	1 770 568	6,95%	1 767 295	6,94%
TOTAL DO ATIVO	138 580 976	136 989 615	133 478 702	5 102 274	3,82%	1 591 361	1,16%

PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.25/Jun.24)		Variação (Jun.25/Dez.24)	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	Valor	%	Valor	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO							
Património/Capital	40 433 383	40 433 383	40 433 383	0	0,00%	0	0,00%
Reservas	1 450 890	1 406 998	1 406 998	43 892	3,12%	43 892	3,12%
Resultados transitados	35 517 413	34 937 350	34 568 008	949 404	2,75%	580 063	1,66%
Outras variações no património líquido	37 167 270	36 456 594	34 093 638	3 073 632	9,02%	710 676	1,95%
Resultado líquido do período	419 369	623 955	227 807	191 562	84,09%	(204 585)	-32,79%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	114 988 324	113 858 279	110 729 834	4 258 490	3,85%	1 130 046	0,99%
PASSIVO							
PASSIVO NÃO CORRENTE							
Provisões	108 301	108 301	88 040	20 262	23,01%	0	0,00%
Financiamentos obtidos	1 262 755	1 346 109	1 484 551	(221 796)	-14,94%	(83 354)	-6,19%
Diferimentos	14 879 470	14 879 470	13 871 203	1 008 267	7,27%	0	0,00%
Outras contas a pagar	1 206 074	1 083 786	1 037 009	169 066	16,30%	122 289	11,28%
Sub Total	17 456 601	17 417 666	16 480 802	975 799	5,92%	38 935	0,22%
PASSIVO CORRENTE							
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis conc	27 088	22 513	25 562	1 526	5,97%	4 575	20,32%
Fornecedores	647 954	333 957	1 017 877	(369 923)	-36,34%	313 997	94,02%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	905 631	901 600	901 600	4 031	0,45%	4 031	0,45%
Estado e outros entes públicos	458 938	239 690	186 793	272 145	145,69%	219 248	91,47%
Financiamentos obtidos	239 491	239 491	354 176	(114 685)	-32,38%	0	0,00%
Fornecedores de investimentos	43 999	37 783	102 941	(58 942)	-57,26%	6 216	16,45%
Outras contas a pagar	1 394 885	1 436 780	1 444 529	(49 644)	-3,44%	(41 895)	-2,92%
Diferimentos	2 418 064	2 501 856	2 234 588	183 476	8,21%	(83 792)	-3,35%
Sub Total	6 136 051	5 713 670	6 268 066	(132 015)	-2,11%	422 381	7,39%
TOTAL DO PASSIVO	23 592 652	23 131 336	22 748 868	843 784	3,71%	461 316	1,99%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	138 580 976	136 989 615	133 478 702	5 102 274	3,82%	1 591 361	1,16%

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	SNC - AP	SNC - AP	SNC - AP	Variação (Jun.25/Jun.24)		Variação (Jun.25/Dez.24)	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	Valor	%	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	4 388 106	8 079 868	3 801 358	586 748	15,44%	(3 691 762)	-45,69%
Vendas	2 506	6 370	2 046	459	22,45%	(3 865)	-60,67%
Prestações de serviços e concessões	1 085 366	2 736 539	884 586	200 780	22,70%	(1 651 173)	-60,34%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 790 748	13 918 230	6 149 918	640 830	10,42%	(7 127 482)	-51,21%
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas	(32 646)	(267 149)	(45 533)	12 886	-28,30%	234 503	-87,78%
Fornecimentos e serviços externos	(3 338 954)	(8 010 606)	(3 291 203)	(47 751)	1,45%	4 671 651	-58,32%
Gastos com pessoal	(4 920 994)	(9 215 171)	(4 283 807)	(637 188)	14,87%	4 294 177	-46,60%
Transferências e subsídios concedidos	(1 248 796)	(2 606 116)	(632 927)	(615 869)	97,30%	1 357 320	-52,08%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	370	0,00	0	n.a.	(370)	-100,00%
Provisões (aumentos/reduções)	0	(20 262)	0	0	n.a.	20 262	-100,00%
Outros rendimentos e ganhos	683 117	2 397 187	648 729	34 388	5,30%	(1 714 070)	-71,50%
Outros gastos e perdas	(325 991)	(534 528)	(158 398)	(167 593)	105,81%	208 537	-39,01%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	3 082 461	6 484 731	3 074 770	7 691	0,25%	(3 402 271)	-52,47%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(2 718 273)	(5 951 050)	(2 903 942)	185 669	-6,39%	3 232 777	-54,32%
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	8 045	8 045	n.a.	8 045	n.a.
Resultados Operacional (antes de gastos de financiamento)	364 188	533 682	178 872	185 316	103,60%	(169 494)	-31,76%
Juros e rendimentos similares obtidos	64 629	183 112	64 994	(365)	-0,56%	(118 483)	-64,71%
Juros e gastos similares suportados	(9 447)	(92 839)	(16 059)	6 612	-41,17%	83 391	-89,82%
Resultado antes de imposto	419 369	623 955	227 807	191 562	84,09%	(204 585)	-32,79%
Resultado líquido do período	419 369	623 955	227 807	191 562	84,09%	(204 585)	-32,79%



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ATIVO

O ativo líquido do Município registou uma variação positiva de +1,16% (1.591.361€) relativamente a 31/12/2024, globalmente justificada pelo aumento das rubricas de caixa e depósitos em 775.466€ (+6,48%) e outras contas a receber em 1.461.743€ (+17,82%) e pela redução das rubricas de clientes, contribuintes e utentes em 488.513€ (-74%) e dos ativos fixos tangíveis em 176.329€ (-0,16%), pelo facto do investimento ser inferior ao montante das depreciações.

Salienta-se que as rubricas de ativos fixos tangíveis e intangíveis representam 79% do total do ativo a Junho de 2025, mantendo uma estrutura idêntica aos períodos de Junho/2024 e Dezembro/2024 onde estas rubricas representaram de forma agregada, respetivamente 80% e 79% do valor do Ativo.

PASSIVO

Em relação ao passivo global, o mesmo sofreu um aumento de 461.316€ (+2%) face a 31-12-2024, justificado pelo aumento das rubricas de fornecedores e Estado e outros entes públicos e pela redução das rubricas de outras contas a pagar e diferimentos.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO

De acordo com as contas de 30-06-2025 a conta 51 – Património/Capital evidenciava um saldo de 40.433.383€, que corresponde a cerca de 29% respetivamente do ativo líquido em Junho de 2025.



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

O resultado líquido de 2024 que se cifrou positivo em 623.955€ foi aplicado integralmente em resultados transitados.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

No que diz respeito ao resultado líquido indicativo do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2025, o mesmo foi positivo em 419.369 euros.

O EBITDA do semestre atingiu 3.082.461€, verificando-se um ligeiro aumento de 0,25% face ao semestre anterior.

As rubricas com maior alteração face ao mesmo período de 2024 foram:

- Impostos, contribuições e taxas com um aumento de 587 mil euros;
- Prestações de serviços e concessões com um aumento de 201 mil euros;
- Transferências e subsídios correntes obtidos com um aumento de 641 mil euros;
- Gastos com o pessoal com um aumento de 637 mil euros;
- Transferências e subsídios concedidos com um aumento de 616 mil euros;
- Outros gastos e perdas com um aumento de 168 mil euros;
- Gastos de depreciação e amortização com uma redução de 186 mil euros.

A componente de capital do FEF e as transferências relativas ao artigo 35º da Lei n.º 73/2013 de 31 de maio, foram reconhecidas na rubrica de outras variações do património líquido.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

3.1. INDICADORES FINANCEIROS

Passamos a evidenciar alguns indicadores sobre a situação económica e financeira do Município:

RÁCIO/ÍNDICE	FORMULA	SNC - AP		
		30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Liquidez Geral	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	444,03%	445,93%	406,43%
Liquidez Reduzida	$\frac{(\text{Activo Corrente} - \text{Inventários})}{\text{Passivo Corrente}}$	383,53%	382,07%	352,37%
Liquidez Imediata	$\frac{(\text{Caixa e depósitos})}{\text{Passivo Corrente}}$	207,79%	209,58%	204,54%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Activo}}$	17,02%	16,89%	17,04%
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Activo}}$	82,98%	83,11%	82,96%
Grau de Cobertura do Ativo Fixo	$\frac{(\text{Património Líquido} + \text{Dividas a Terceiros de Médio e longo Prazo})}{\text{Activo Fixo Líquido}}$	107,80%	106,56%	107,22%
Peso dos Gastos com Pessoal nos Custos Operacionais	$\frac{\text{Gastos com Pessoal}}{\text{Custos Operacionais}}$	40,14%	34,64%	37,86%
Dívida total por Habitante	$\frac{\text{Dívida total reportada à DGAL (Lei 73/2013, de 3/09)}}{\text{N.º de habitantes}}$	137 €	124 €	162 €

Da análise efetuada em termos de liquidez geral e de liquidez reduzida verifica-se que estes rácios sofreram uma variação positiva, passando de 406% e 352% em 30/06/2024 para 444% e 384% em 30 de Junho de 2025. Esta variação deve-se essencialmente ao aumento do ativo corrente, pelo aumento das rubricas de outras contas a receber,



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

inventários e devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis e paralelamente pela ligeira redução do passivo corrente.

Em termos de liquidez imediata verifica-se que o grau de cobertura do passivo corrente pelas disponibilidades é de 208% a 30 de Junho de 2025.

Quanto ao rácio de endividamento verifica-se que se fixou em Junho de 2025 em cerca de 17%, significando que o total do ativo é financiado nessa percentagem por capitais alheios. A autonomia financeira foi de 83%.

O peso dos gastos com pessoal no total dos custos operacionais tem tendência de crescimento, fixando-se em 40% do total dos custos operacionais em 30 de Junho de 2025.

De acordo com a nossa estimativa da dívida total (não estava disponível o reporte à DGAL) por habitante (n.º de habitantes retirados dos Censos de 2021 – 26.224 habitantes) constata-se que a mesma em 30/06/2025 seria de 137€.



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

4. ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da execução orçamental com referência ao período em apreço é realizada comparando os montantes executados com o orçamento semestral o qual corresponde a um rateio de 50% do valor orçamentado para o ano de 2025. Saliente-se no entanto que este método de afetação orçamental para o semestre não tem em consideração a sazonalidade das receitas e despesas, assim como qualquer item não recorrente que apenas ocorra em determinada fase do ano.

Verificámos para o efeito a Demonstração de Desempenho Orçamental, a execução orçamental da receita e da despesa e do Plano Plurianual de Investimento (PPI).

Com referência a 30 de Junho de 2025 a execução orçamental do Município pode ser analisada como se segue:

EXECUÇÃO DA DESPESA	VALOR	% Execução	EXECUÇÃO DA RECEITA	VALOR	% Execução
DESPESAS CORRENTES	9 232 648	76,21%	RECEITAS CORRENTES	10 872 321	88,47%
DESPESAS CAPITAL	2 840 945	21,56%	RECEITAS DE CAPITAL	1 842 187	24,26%
			OUTRAS RECEITAS	10 805 827	199,77%
TOTAL	12 073 593	47,74%	TOTAL	23 520 335	93,00%

Em termos globais, a execução orçamental do Município de Estarreja com referência a 30 de Junho de 2025, apresenta-se positiva, tendo em conta que a execução da receita total (93%) foi superior à execução da despesa total (48%).



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

A regra de equilíbrio orçamental prevista no artigo 40.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, deve ser verificada na fase da elaboração inicial, alterações posteriores e na fase da execução do orçamento. Na fase da elaboração do orçamento, e após as alterações orçamentais do primeiro semestre (em número de 11) verificámos que a referida regra de equilíbrio orçamental foi cumprida, bem como no orçamento inicial, sendo esta regra obtida da seguinte fórmula: [receita corrente bruta cobrada - despesa corrente - amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos]. Quanto à fase de execução final esta regra só pode ser aferida a 31/12/2025 atendendo que se refere a uma regra de avaliação anual.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA

O Município de Estarreja no primeiro semestre de 2025 arrecadou mais receita, em cerca de 1.059.129€^a) (+5%), do que relativamente ao período homólogo, sem considerar o efeito do saldo da gerência anterior. Conforme se pode constatar no quadro seguinte, tal situação deve-se essencialmente aumento verificado nas rubricas: Taxas, multas e outras penalidades (+49%), Rendimentos da propriedade (+72%), Transferências Correntes (+7%), Venda de bens e serviços correntes (+20%) e Transferências de capital (21%) e pese embora a redução da rubrica Impostos diretos (-11%).

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO			
	30/06/2025	30/06/2024	VARIACÃO	
			ABSOLUTO	%
Impostos directos	2 091 269	2 342 031	-250 762	-10,71%
Taxas, multas e outras penalidades	698 251	469 534	228 716	48,71%
Rendimentos da propriedade	345 834	200 742	145 092	72,28%
Transferências correntes	6 729 689	6 294 690	434 998	6,91%
Venda de bens e serviços correntes	977 460	811 699	165 761	20,42%
Outras receitas correntes	29 818	6 621	23 197	350,35%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	10 872 321	10 125 318	747 003	7,38%
Venda de bens de investimento	20 156	0	20 156	0,00%
Transferências de capital	1 822 031	1 509 745	312 286	20,68%
Passivos Financeiros	0	0	0	0,00%
Outras receitas capital	0	0	0	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	1 842 187	1 509 745	332 442	22,02%
Rep. não abatidas nos pagamentos	3 035	23 351	-20 316	-87,00%
Saldo da gerência anterior	10 802 792	9 728 339	1 074 453	11,04%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	10 805 827	9 751 690	1 054 137	10,81%
TOTAL DA RECEITA	23 520 335	21 386 753	2 133 582	9,98%

a)

Variacão do total da receita	2 133 582,12 €
Variacão do Saldo da gerência anterior	- 1 074 453,47 €
	1 059 128,65 €

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2025, a receita executada ficou acima do orçamento em cerca de 1.771.061€.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos directos	6 300 000	3 150 000	2 091 269	-1 058 731	66,39%	33,19%	8,89%
Taxas, multas e outras penalidades	771 100	385 550	698 251	312 701	181,11%	90,55%	2,97%
Rendimentos da propriedade	745 100	372 550	345 834	-26 716	92,83%	46,41%	1,47%
Transferências correntes	15 059 351	7 529 676	6 729 689	-799 987	89,38%	44,69%	28,61%
Venda de bens e serviços correntes	1 682 700	841 350	977 460	136 110	116,18%	58,09%	4,16%
Outras receitas correntes	19 500	9 750	29 818	20 068	305,83%	152,91%	0,13%
TOTAL RÊCEITAS CORRENTES	24 577 751	12 288 876	10 872 321	-1 416 555	88,47%	44,24%	46,23%
Venda de bens de investimento	999 050	499 525	20 156	-479 369	4,04%	2,02%	0,09%
Transferências de capital	9 686 989	4 843 495	1 822 031	-3 021 464	37,62%	18,81%	7,75%
Passivos financeiros	4 500 500	2 250 250	0	-2 250 250	0,00%	0,00%	0,00%
Outras receitas de capital	250	125	0	-125	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	15 186 789	7 593 395	1 842 187	-5 751 208	24,26%	12,13%	7,83%
Rep. não abatidas nos pagamentos	15 460	7 730	3 035	-4 695	39,26%	19,63%	0,01%
Saldo da gerência anterior	10 802 792	5 401 396	10 802 792	5 401 396	0,00%	100,00%	45,93%
TOTAL OUTRAS RECEITAS	10 818 252	5 409 126	10 805 827	5 396 701	199,77%	99,89%	45,94%
TOTAL DA RECEITA	50 582 792	25 291 396	23 520 335	-1 771 061	93,00%	46,50%	100,00%

As receitas com mais peso contempladas na execução do orçamento do primeiro semestre são as receitas de impostos directos (9%), as transferências correntes (29%) e as transferências de capital (8%).

Podemos também verificar que as receitas de taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes apresentaram execução superior aos montantes orçamentados.

A evolução do saldo da gerência anterior foi a seguinte:

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	EXECUÇÃO		
	25/02/2025	29/02/2024	28/02/2023
Saldo da gerência anterior	10 802 792	9 728 339	9 409 387
	(2024)	(2023)	(2022)

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n° 176

Analisando as principais rubricas com mais detalhe temos:

Impostos Diretos

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						PESO %
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		
					SEMESTRAL	ANUAL	
Impostos Municipais Sobre Imóveis (IMI)	2 800 000	1 400 000	976 849	-423 151	69,77%	34,89%	46,71%
Imposto Único de Circulação (IUC)	800 000	400 000	461 092	61 092	115,27%	57,64%	22,05%
Imposto Municipal Sobre Transmissões (IMT)	900 000	450 000	616 901	166 901	137,09%	68,54%	29,50%
Derrama	1 800 000	900 000	36 426	-863 574	4,05%	2,02%	1,74%
Total	6 300 000	3 150 000	2 091 269	-1 058 731	66,39%	33,19%	100,00%

No que diz respeito aos impostos diretos, o detalhe evidenciado no quadro acima permite-nos concluir que a taxa de execução semestral ascendeu a 66%, destacando-se a receita relativa a IUC e IMT, ambas superiores a 100%.

De referir que a prestação de Maio do IMI representou a maior prestação do ano, tendo o prazo de pagamento da prestação de 2025 sido alargado até 30 de junho, sendo que a Autoridade Tributária apenas disponibiliza os montantes arrecadados no mês seguinte ao da receita arrecadada.

O IUC apresentou uma execução de 114%, enquanto que em termos de IMT a execução foi de 116%.

A receita da derrama ficou abaixo do esperado para os primeiros 6 meses uma vez que a entrega das contas anuais das empresas, sujeitas a imposto, teve o prazo adiado para 30 de Junho, sendo que a Autoridade Tributária apenas disponibilizou os montantes arrecadados no mês seguinte ao da receita arrecadada. O que significa que tal receita se verificará com maior peso no 2º semestre, tal como ocorreu em 2024.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Taxas, multas e outras penalidades

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
TAXAS							
Mercados e Feiras	126 000	63 000	30 601	-32 399	48,57%	24,29%	4,38%
Loteamento e Obras	115 000	57 500	68 636	11 136	119,37%	59,68%	9,83%
Ocupação da via pública	441 000	220 500	542 686	322 186	246,12%	123,06%	77,72%
Outras Taxas	61 500	30 750	40 733	9 983	132,46%	66,23%	5,83%
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES							
Juros de Mora	8 500	4 250	3 295	-955	77,53%	38,77%	0,47%
Juros Compensatórios	5 000	2 500	6 858	4 358	274,32%	137,16%	0,98%
Multas e Coimas por Infrações ao Código da Estrada	4 400	2 200	1 907	-293	86,67%	43,34%	0,27%
Coimas e penalidades por contraordenações	7 200	3 600	2 373	-1 227	65,92%	32,96%	0,34%
Multas e Penalidades Diversas	2 500	1 250	1 163	-87	93,01%	46,50%	0,17%
Total	771 100	385 550	698 251	312 701	181,11%	90,55%	100,00%

Ao nível desta classe económica verificou-se uma taxa de execução global de 181%, destacando-se a elevada execução da rubrica de ocupação da via pública.

Rendimentos da propriedade

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros - Sociedades financeiras	75 000	37 500	0	-37 500	0,00%	0,00%	0,00%
Dividendos e Participações nos Lucros de Sociedade	79 500	39 750	53 538	13 788	134,69%	67,34%	15,48%
Participações nos Lucros de Administrações Públicas	10 000	5 000	0	-5 000	0,00%	0,00%	0,00%
Rendas	580 600	290 300	292 297	1 997	100,69%	50,34%	84,52%
Total	745 100	372 550	345 834	-26 716	92,83%	46,41%	100,00%

A execução desta rubrica cifrou-se em 93%, destacando-se a execução das receitas de dividendos e participações nos lucros de sociedade e de rendas.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração Central	14 983 351	7 491 676	6 725 639	-766 037	89,77%	44,89%	99,94%
Resto do Mundo	75 000	37 500	0	-37 500	0,00%	0,00%	0,00%
Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras	500	250	4 050	3 800	1620,00%	810,00%	0,06%
Famílias	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Total	15 059 351	7 529 676	6 729 689	-799 987	89,38%	44,69%	100,00%

No que diz respeito às receitas das transferências correntes a sua execução encontra-se quase idêntica ao orçamentado uma vez que apresentam um carácter regular ao longo do ano.

Dentro das receitas da Administração Central destaca-se o Fundo de Equilíbrio Financeiro que a 30 de Junho representava uma receita de 3.393.360€ e bem assim a receita proveniente da transferência de competências (Lei n.º 50/2018) no montante de 1.589.038€ e a receita prevista no n.º 3 do artigo 35º da Lei n.º 73/2013 em 731.310€.

Venda de Bens e Serviços Correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Vendas de bens	15 000	7 500	3 636	-3 864	48,48%	24,24%	0,37%
Serviços	1 616 200	808 100	949 613	141 513	117,51%	58,76%	97,15%
Rendas	51 500	25 750	24 211	-1 539	94,02%	47,01%	2,48%
Total	1 682 700	841 350	977 460	136 110	116,18%	58,99%	100,00%

O grau de execução destas receitas foi de cerca de 116%, sendo que quanto à rubrica mais expressiva (Serviços) a execução cifrou-se nos 118%.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Outras receitas correntes

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Outras	19 500	9 750	29 818	20 068	305,83%	152,91%	3,05%
Total	19 500	9 750	29 818	20 068	305,83%	152,91%	100,00%

Relativamente a esta classe económica apurou-se uma taxa de execução na ordem dos 306%.

Venda de Bens de Investimento

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Terrenos	995 550	497 775	0	-497 775	0,00%	0,00%	0,00%
Habitacões	500	250	20 156	19 906	8062,40%	4031,20%	0,00%
Outros bens de investimento	3 000	1 500	0	-1 500	0,00%	0,00%	0,00%
Total	999 050	499 525	20 156	-479 369	4,04%	2,02%	0,00%

Relativamente à venda de bens de investimento o grau de execução foi de apenas 4%.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA RECEITA	30 de Junho de 2025						
	PREVISÃO CORRIGIDA	PREVISÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1 550 000	775 000	0	-775 000	0,00%	0,00%	0,00%
Administração central	8 136 489	4 068 245	1 822 031	-2 246 214	44,79%	22,39%	100,00%
Resto do Mundo	500	250	0	-250	0,00%	0,00%	0,00%
Total	9 686 989	4 843 495	1 822 031	-3 021 464	37,62%	18,81%	100,00%

Relativamente às transferências de capital o não cumprimento do orçamento está fortemente associado ao não recebimento dos financiamentos acordados com entidades financiadoras relacionados com os investimentos em curso.

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O Município de Estarreja no primeiro semestre de 2025 executou mais despesa em cerca de 2.396.671€ (25%) do que relativamente ao período homólogo.

Destaca-se o aumento das rubricas de Despesas com o Pessoal (8%), Transferências correntes (78%), Outras Despesas Correntes (68%), Aquisição de bens de capital (138%) e Transferências de Capital (122%). Em sentido contrário, verifica-se a diminuição da rubrica de Aquisição de Bens e Serviços (-5%).

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	EXECUÇÃO			
	30/06/2025	30/06/2024	VARIAÇÃO	
			ABSOLUTO	%
Despesas com o pessoal	4 760 810	4 398 441	362 369	8,24%
Aquisição de bens e serviços	3 241 762	3 426 835	-185 073	-5,40%
Juros e outros encargos	17 366	0	17 366	0,00%
Transferências correntes	1 016 069	570 437	445 631	78,12%
Outras despesas correntes	196 641	116 932	79 709	68,17%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	9 232 648	8 512 646	720 002	8,46%
Aquisição de bens de capital	2 582 999	1 085 553	1 497 446	137,94%
Transferências de capital	174 592	78 724	95 868	121,78%
Passivos financeiros	83 354	0	83 354	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	2 840 945	1 164 277	1 676 668	144,01%
TOTAL DA DESPESA	12 073 593	9 676 922	2 396 671	24,77%

Como se pode verificar pelo quadro a seguir apresentado, com referência a 30 de Junho de 2025, a despesa executada ficou abaixo do orçamento efetuado em cerca de 13.217.803€.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÃO CORRIGIDA	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	VARIÇÃO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Despesas com o pessoal	10 376 262	5 188 131	4 760 810	-427 321	91,76%	45,88%	39,43%
Aquisição de bens e serviços	11 205 520	5 602 760	3 241 762	-2 360 998	57,86%	28,93%	26,85%
Juros e outros encargos	184 362	92 181	17 366	-74 815	18,84%	9,42%	0,14%
Transferências correntes	2 081 668	1 040 834	1 016 069	-24 765	97,62%	48,81%	8,42%
Outras despesas correntes	363 388	191 694	196 641	4 947	102,58%	51,29%	1,63%
TOTAL DESPESAS CORRENTES	24 231 200	12 115 600	9 232 648	-2 882 952	76,21%	38,10%	76,47%
Aquisição de bens de capital	22 935 337	11 467 669	2 582 999	-8 884 670	22,52%	11,26%	21,39%
Transferências de capital	2 292 255	1 146 128	174 592	-971 536	15,23%	7,62%	1,45%
Passivos financeiros	250 000	125 000	83 354	-41 646	66,68%	33,34%	0,69%
Outras despesas de capital	874 000	437 000	0	-437 000	0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	26 351 592	13 175 796	2 840 945	-10 334 851	21,56%	10,78%	23,53%
TOTAL DA DESPESA	50 582 792	25 291 396	12 073 593	-13 217 803	47,74%	23,87%	100,00%

As despesas com mais peso contempladas no orçamento são essencialmente as despesas com o pessoal (39%), a aquisição de bens e serviços (27%) e a aquisição de bens de capital (21%).

Verificamos que todas as rubricas apresentam valores executados inferiores aos previstos com exceção da rubrica de "outras despesas correntes", que apresentou uma execução de 103%.

Despesas com o pessoal

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Remunerações certas e permanentes	8 240 512	4 120 256	3 871 205	-249 051	93,96%	46,98%	81,31%
Abonos variáveis ou eventuais	189 500	94 750	84 021	-10 729	88,68%	44,34%	1,76%
Segurança social	1 946 250	973 125	805 584	-167 541	82,78%	41,39%	16,92%
Total	10 376 262	5 188 131	4 760 810	-427 321	91,76%	45,88%	100,00%

Os desvios nestas rubricas face ao orçamentado estão relacionados com a sazonalidade de alguns encargos.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Aquisição de Bens e Serviços

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Aquisição de bens	2 550 367	1 275 184	364 016	-911 168	28,55%	14,27%	11,23%
Aquisição de serviços	8 655 153	4 327 576	2 877 746	-1 449 830	66,50%	33,25%	88,77%
Total	11 205 520	5 602 760	3 241 762	-2 360 998	57,86%	28,93%	100,00%

No primeiro semestre de 2025 a execução encontra-se abaixo do previsto no orçamento, apresentando uma execução de 58%.

Juros e Outros Encargos

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Juros da dívida pública	181 112	90 556	17 358	-73 198	19,17%	9,58%	99,95%
Outros juros	3 250	1 625	9	-1 616	0,55%	0,27%	0,05%
Total	184 362	92 181	17 366	-74 813	18,84%	9,42%	100,00%

A execução desta rubrica da despesa apresentou uma execução de 19%.

Transferências Correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração central	258 388	129 194	120 000	-9 194	92,88%	46,44%	11,81%
Administração local	636 980	317 990	258 720	-59 270	81,36%	40,68%	25,46%
Instituições sem fins lucrativos	1 027 800	513 900	561 570	47 670	109,28%	54,64%	55,27%
Famílias	159 500	79 750	75 779	-3 971	95,02%	47,51%	7,46%
Total	2 081 668	1 040 834	1 016 069	-24 755	97,62%	48,81%	100,00%

A execução desta rubrica da despesa encontra-se ligeiramente abaixo do orçamentado, estando executada em 98% face ao previsto, destacando-se a execução da rubrica de transferências a favor de Instituições sem fins lucrativos, realizadas no âmbito de protocolos celebrados.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

Outras despesas correntes

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO - 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Diversas	383 388,00	191 694,00	196 640,97	4 947	102,58%	51,290%	100,000%
Total	383 388,00	191 694,00	196 640,97	4 947	102,58%	51,290%	100,000%

Em termos de outras despesas correntes a execução foi de 103%.

Aquisição de Bens de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO SEMESTRAL	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Investimentos	15 040 972	7 520 486	1 446 589	-6 073 897	19,24%	9,62%	56,00%
Bens de dominio publico	7 894 365	3 947 183	1 136 410	-2 810 773	28,79%	14,40%	44,00%
Total	22 935 337	11 467 669	2 582 999	-8 884 670	22,52%	11,26%	100,00%

A execução orçamental desta rubrica foi de cerca de 23% e poderá ser compensada no segundo semestre.

Transferências de Capital

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Administração Central	1 000	500	0	-500	0,00%	0,00%	0,00%
Administração local	1 070 655	535 328	45 749	-489 579	8,55%	4,27%	26,20%
Instituições sem fins lucrativos	1 143 600	571 800	114 843	-456 957	20,08%	10,04%	65,78%
Famílias	77 000	38 500	14 000	-24 500	36,36%	18,18%	8,02%
Total	2 292 255	1 146 128	174 592	-971 536	15,23%	7,62%	100,00%

As despesas com transferências de capital estão igualmente aquém dos valores orçamentados, apresentando no global uma taxa de execução de 15%.

Passivos Financeiros

CLASS. ECONÓMICA DESPESA	30 de Junho de 2025						
	DOTAÇÕES CORRIGIDAS	DOTAÇÃO A 6 MESES	EXECUÇÃO	DESVIO	GRAU DE EXEC.		PESO %
					SEMESTRAL	ANUAL	
Empréstimos a médio longo prazo	250 000	125 000	83 354	-41 646	66,68%	33,34%	100,00%
Total	250 000	125 000	83 354	-41 646	66,68%	33,34%	100,00%

Em termos de despesas com passivos financeiros a execução foi de 67%.



MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

APROVAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA

A integração do saldo da gerência do período anterior, no valor de 10.802.792€, foi aprovada pela Assembleia Municipal em 25 de Fevereiro de 2025, aquando da 1ª alteração modificativa do Orçamento Municipal para 2025, e foi incorporado na totalidade na rubrica do saldo orçamental – “160101 – na posse do serviço”. A prestação de contas de 2024 foi aprovada na Assembleia Municipal realizada em 30 de abril de 2025.

Sede
Rua Batalha Reis, n.º 81
6300 – 668 GUARDA
Tel: 271 227303 * Fax: 271 227304
Email: vs@vsroc.pt

Delegação Coimbra
Av. Fernão de Magalhães, nº 619 – Ed. Mond – Sala 101
3000 – 178 COIMBRA
Tel: 239 821777 * Fax: 239 841027
Email: geral@marquesdealmeida.pt

Delegação Viseu
Rua Eça de Queirós, nº16
3500 – 417 VISEU
Tel: 232 435277 * Fax: 232 435279
Email: joaonunes.roc@mail.telepac.pt



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

4.1. RÁCIOS ORÇAMENTAIS

Apresentamos no quadro seguinte os rácios orçamentais analisados:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	OBSERVAÇÕES
RECEITA TOTAL / DESPESA TOTAL	194,81%	141,39%	221,01%	Mede a capacidade das receitas totais cobrirem as despesas totais
RECEITAS CORRENTES / RECEITA TOTAL	46,23%	65,64%	47,34%	Mede o peso das receitas correntes no total de receitas cobradas
RECEITA CORRENTE / DESPESA CORRENTE	117,76%	122,23%	118,94%	Mede a capacidade das receitas correntes cobradas cobrirem as despesas correntes pagas
IMPOSTOS DIRECTOS / RECEITAS CORRENTES	19,23%	29,55%	23,13%	Mede o peso dos impostos directos no total das receitas correntes
RECEITAS CAPITAL / RECEITA TOTAL	7,83%	7,92%	7,06%	Mede o peso das receitas de capital no total de receitas cobradas
RECEITA CAPITAL / DESPESA CAPITAL	64,84%	46,51%	129,67%	Mede a capacidade das receitas de capital cobradas cobrirem as despesas de capital pagas
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITAS CAPITAL	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o peso dos passivos financeiros no total das receitas de capital
PASSIVOS FINANCEIROS / RECEITA TOTAL	0,00%	0,00%	0,00%	Mede o peso dos passivos financeiros no total de receitas cobradas
DESPESAS CORRENTES / DESPESA TOTAL	76,47%	75,93%	87,97%	Mede o peso das despesas correntes no total de despesas pagas
DESPESAS CAPITAL / DESPESA TOTAL	23,53%	24,07%	12,03%	Mede o peso das despesas de capital no total de despesas pagas
DESPESAS PESSOAL / RECEITAS CORRENTES	51,56%	46,79%	51,67%	Permite evidenciar a relação entre as despesas de pessoal com o total das receitas correntes
DESPESAS PESSOAL / DESPESA TOTAL	39,43%	35,53%	45,45%	Mede o peso das despesas de pessoal no total das despesas pagas
INVESTIMENTOS / DESPESA TOTAL	21,39%	16,73%	11,22%	Mede o peso das despesas de investimentos no total das despesas pagas

As receitas totais cobrem o valor das despesas totais nos períodos em análise, sendo que em 30/06/2025 o rácio obtido foi de 195% (221% em 30/06/2024). Do total das receitas, cerca de 46% são de natureza corrente e esta foi suficiente para cobrir a despesa corrente (118%).



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

5. INDICADORES

5.1. INTRODUÇÃO

Anualmente os Municípios devem reportar a DGAL um conjunto de informações económica e financeira que suporta o cálculo de diversos indicadores relevantes, tais como:

- Equilíbrio Orçamental;
- Dívida Total (Conceito da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro); Passivo; Dívida Exigível;
- Fundos Disponíveis;
- Pagamentos em Atraso;
- Prazo Médio de Pagamentos.

Este reporte é enviado em dois momentos. De forma provisória em janeiro do ano subsequente e de forma definitiva após o processo de aprovação de contas do ano anterior.

Assim, apresenta-se o cálculo semestral daqueles indicadores, com base nas fórmulas legais e respetivos comentários, para efeitos de apreciação pelos órgãos do município.

5.2. PAGAMENTOS EM ATRASO E PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

De acordo com a fórmula de cálculo do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) definida nos termos do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, de 13 de Abril, o Município de Estarreja apresentava a 30/06/2025 um PMP de 9 dias (conforme reporte à DGAL - 2.º trimestre).

A 30/06/2025 o Município não apresentava pagamentos em atraso.



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

5.3. FUNDOS DISPONÍVEIS

O n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho determina que os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis, ou seja, a assunção de compromissos não pode ser superior aos fundos disponíveis e a execução orçamental não pode conduzir em qualquer momento, a um aumento de pagamentos em atraso.

Verificámos que o Município continua a reportar o mapa de fundos disponíveis, não aproveitando da exclusão prevista no n.º 6 do artigo 128.º da Lei n.º 45-A/2024 de 31 de dezembro (Orçamento do Estado para 2025) em virtude da respetiva exclusão não ter sido comunicada à DGAL (n.º 10 do artigo 128.º da referida LOE 2025), pelo que mantém tal cálculo e reporte mensal à DGAL, sendo que à data de 30/06/2025 apresentava fundos positivos de 6.294.242,22€.

Dado que o Município não tem pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados no SISAL em 31 de Dezembro de 2024, face a setembro de 2023, não se aplica a disposição prevista no n.º 7 do artigo 128.º do OE 2025, para o exercício de 2024, pelo que também por este facto não teria que reportar os fundos disponíveis.

5.4. DÍVIDA TOTAL (CONCEITO DA LEI N.º 73/2013 DE 03 DE SETEMBRO)

De acordo com Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, os municípios que ultrapassem o limite da dívida total (1,5 vezes a média receita corrente líquida cobrada dos três últimos exercícios) ou o montante da dívida, excluindo empréstimos, seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, devem recorrer

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. nº 176

a um dos mecanismos de recuperação financeira previstos: saneamento financeiro ou recuperação financeira. O recurso facultativo ou obrigatório a um daqueles mecanismos tem o seguinte enquadramento:

	Dívida total em relação à média da receita corrente líquida cobrada nos 3 últimos exercícios	Saneamento Financeiro	Recuperação Financeira
1	≥ 1 e $\leq 1,5$	FACULTATIVO	-
2	$> 0,75$ (dívida total excluindo empréstimos)	OBRIGATÓRIO	-
3	$> 1,5$ e $< 2,25$	OBRIGATÓRIO	-
4	$\geq 2,25$ e ≤ 3	OBRIGATÓRIO	FACULTATIVO
5	> 3	-	OBRIGATÓRIO

ENDIVIDAMENTO

Cálculo da dívida total (I)

		30/06/2025	30/06/2024
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA	(a)	21 507 284,87	18 633 725,81
LÍMITE DE ENDIVIDAMENTO	(b) = (a) x 1,5	32 260 927,31	27 950 588,71
DÍVIDA TOTAL	(c)	3 596 791,82	4 248 186,81
MARGEM	(b) - (c)	28 664 135,49	23 702 401,90
DÍVIDA TOTAL A TERCEIROS	(c) / (a)	0,17	0,23
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA			

Cálculo da dívida total sem empréstimos (II)

EMPRÉSTIMOS NÃO EXCECIONADOS	(d)	1 502 246,40	1 838 727,31
EMPRÉSTIMOS EXCECIONADOS	(f)	0,00	0,00
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRESTIMOS	(e) = (c) - (d)	2 094 545,42	2 409 459,50
DÍVIDA TOTAL SEM EMPRESTIMOS	(e)/(a)	0,10	0,13
MÉDIA DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COBRADA			

A 30-06-2025, a referida dívida total do Município de Estarreja representará indicativamente 0,17 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos



SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

anos, tendo a mesma sido reduzida no primeiro semestre de 2025 no valor de 651.395 euros face a 30-06-2024 (I).

A dívida total do Município excluindo empréstimos foi de 0,10 vezes a média da receita corrente líquida cobrada dos 3 últimos anos, face a 30/06/2024, pelo que ambos os indicadores estão dentro dos limites legais (II).

Estes cálculos não consideram qualquer englobamento da dívida total de entidades participadas, cuja informação só está disponível reportada à data de final do ano e bem assim de rubricas do Passivo excecionadas para efeitos destes cálculos.

Durante o ano de 2025, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 144.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (OE2025), que alterou excecionalmente a margem de endividamento prevista na alínea b) do n.º 3 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, o valor da dívida total do Município poderá ser aumentado no presente exercício pelo montante correspondente a 40% da margem disponível no início do ano. Sem prejuízo da norma prevista no n.º 2 do mesmo artigo, aplicável à componente de investimento não elegível de projetos cofinanciados, em que a margem é aumentada para 100% para estes casos.

5.5. PASSIVO E DÍVIDA EXIGÍVEL

O conceito de Dívida Total previsto na alínea b) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, não corresponde ao conceito de Passivo e de Dívida Exigível.

De facto, a massa patrimonial do Passivo inclui componentes que não são dívida exigível, designadamente a rubrica de Provisões - que integra grau de prudência nas contas

SEDE

NIPC: 505 261 898 * Capital social: 50.000 € * S.R.O.C. n.º 176

através de estimativa de contingências - e também as rubricas associadas a Operações de Tesouraria, como sejam as cauções recebidas para garantia de empreitadas e Diferimentos e Credores por acréscimos de gastos, pelo que os conceitos de dívida total, como de dívida exigível são diferentes do conceito de passivo.

Por outro lado, o conceito de Dívida Total do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, também diverge do conceito de Dívida Exigível, dado que não inclui os empréstimos excecionados. Ou seja, poderão existir empréstimos que são dívida exigível, mas que não concorrem, por excecionamento, para o cálculo de dívida total, previsto no artigo n.º 52 da lei n.º 73/2013 de 03 de setembro.

Pelo que e em resumo, estas realidades patrimoniais do Município, apresentam os seguintes valores a 30/06/2025:

		30/06/2025
(1)	Total do Passivo:	23 592 651,64 €
(2)	Provisões (-):	108 301,35 €
(3)	Diferimentos (conta 28.2) (-):	17 297 534,09 €
(4)	Credores por acréscimos de gastos (conta 27.2.2.) (-):	1 286 591,63 €
(5)	Operações de Tesouraria (-)	1 303 432,75 €
(6)	Dívida Exigível (1-2-3-4-5):	3 596 791,82 €
(7)	Empréstimos Excecionados:	- €
(8)	Dívida de Entidades do artº 54 da Lei 73/2013	- €
(9)	Dívida Total (artº 52) (6-7+8):	3 596 791,82 €

Ou seja, apesar do Balanço apresentar um Passivo total de 23.592.652 milhões de euros, quer a dívida exigível a 30/06/2025 quer o indicador de controle da dívida total para efeitos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, eram de 3.596.792 milhões de euros.